



ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DA ABAS REALIZADA NO DIA 21.06.2007, ÀS 18:30 HORAS

Presentes à reunião os sócios abaixo listados:

1. Herbert Heck
2. Amílcar Pereira da Silva Jr.
3. Cláudio Pereira Nunes
4. Egmont Capucci
5. Aderson Marques Martins
6. William Weber
7. Marlindo A. Barbosa
8. Gerson Cardoso
9. Humberto José T.R. de Albuquerque

Justificou a ausência o sócio: Dornelles

De acordo com a convocação, a reunião analisou e discutiu a pauta abaixo:

- a) Aprovação da Ata da reunião anterior;
- b) Comunicações da Diretoria;
- c) Comunicações da Tesouraria;
- d) Ações contra o Decreto 40.156 e Lei Federal do Saneamento;
- e) Site ABAS-RJ;
- f) Notícias da ABAS-Sede;
- g) Audiência Pública PL das Águas Subterrâneas; e
- h) Assuntos Gerais;

- a) Aprovada, por unanimidade, a Ata da reunião realizada em 03.05.2007.
- b) – Recebido do Prof. Gerson uma primeira minuta para um curso;
– Foi confirmada pela Portaria FIRJAN/CIRJ nº 27/07 a designação do Presidente da ABAS-RJ para compor o Conselho Empresarial de Recursos Hídricos, a partir de 06 de junho de 2007 e, encaminhado o Calendário de Reunião para 2007:

JULHO	DIA 03
AGOSTO	DIA 07
SETEMBRO	DIA 04
OUTUBRO	DIA 02
NOVEMBRO	DIA 06
DEZEMBRO	DIA 04

- A PR participou da reunião ordinária do Conselho Empresarial de Recursos Hídricos da FIRJAN no dia 05.06.2007 onde foi apreciada a pauta a seguir:

- Comunicações;



- Palestra: “*Evolução e Tendências da Política e de Gestão Ambiental nas Últimas Décadas*”;
Prof^a. Alessandra Magrini, Doutora em Administração pela UFRJ e Prof^a. Adjunta da UFRJ/COPPE/PFE.
- Assuntos Gerais.
 - Remetidas as Cts. nº 020 e 021 para ECOPOLO E Dr. Jan Przewodowky que solicitam parceria com a ABAS-RJ, financiando o Web Site da ABAS-RJ;
 - Recebida correspondência da Sagre Consultoria, propondo uma Prestação de Serviços para elaboração e aprovação de projetos da ABAS nas Leis de Incentivo à Cultura.
Foi sugerido que sócios empresa da ABAS-RJ poderiam se habilitar, apresentando um projeto a ser financiado sobre: “*Educação Ambiental, com Ênfase aos Recursos Hídricos Subterrâneos*”.
 - A Presidência participou da 17^a. Reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 30.05.2007, na SERLA, que discutiu e aprovou os itens abaixo:
 - 1 - Apresentação do Plano da Bacia do Guandu e apreciação da resolução de aprovação;
 - 2 - Apreciação da resolução de cobrança do Comitê Lagos São João;
 - 3 - Apreciação da minuta de Decreto de Composição do CERHI-RJ;
 - 4 - Apreciação de minuta da proposta das alterações da Lei nº 4.247; e
 - 5 - Assuntos Gerais.
 - Informado sobre o convite do Comitê Guandu para participação de cerimônia do Programa de Recuperação de Bacia, através do plantio de 1 milhão de árvores, – protocolo de intenções, a ser realizado em 25.05 às 10 horas, no Salão de Inverno do Palácio Guanabara;
- c) A Tesouraria informou que foi encaminhado para a ABAS-Sede a prestação de contas de Jul a Dez/2006;
- d) - Ações contra o Decreto;
 - Foram adotadas as medidas aprovadas na reunião anterior. Recebida correspondência do advogado Jan, informando novas dificuldades em virtude de aprovação da Lei de Saneamento e consulta sobre o Mandado



de Segurança, solicitamos ao Dr. Gustavo Otto para adotar as medidas cabíveis e viabilizar as ações, fomos informados que os advogados e Dr. Gustavo estarão reunidos no próximo dia 25.06, às 9 horas para adoção dos acertos finais, incluindo previsão para entrada com as ações;

- Estamos aguardando o Contrato com o Dr. Ilan cujas providências estão sendo acompanhadas por Herbert Heck, todas as empresas confirmaram a participação na contratação do novo escritório que prevê também o Mandado de Segurança. Herbert Heck ficou de agilizar as providências necessárias.

e) Site ABAS-RJ:

- Informada a situação atual e estamos aguardando providências de TDNS para regularização do funcionamento do Site, foi aprovado um novo prazo para solução dos impasses e aprovado o pagamento de manutenção no próximo dia 25.06, através da Tesouraria, em conversa com o Sr. Sandro foram feitos questionamentos e aguardamos solução.

f) Notícias da ABAS-Sede:

- Convites CEDAE:
 1. Interligação Vila do Pan com Sistema de Saneamento do Emissário da Barra da Tijuca;
 2. Retomada as obras de construção da Elevatória de Esgotos de Marapendi, na Barra da Tijuca - 24.05, às 9 horas;
 3. Assinatura de Contratos para Modernização da CEDAE, às 10 horas do dia 28.05.2007, no Salão Verde do Palácio Guanabara;
 4. Inauguração da Agência Comercial da CEDAE, na Tijuca, às 20 horas, no Tijuca Off Shopping;.
- Convocada reunião do Conselho Deliberativo para o dia 29.06.2007, às 10 horas, no Instituto de Geociências da USP, foi aprovada a participação do Núcleo através do seu presidente;
- Recebida correspondência solicitando envio das prestações de contas do Núcleo referente aos meses jan-maio/2007.
- O núcleo solicitou incluir na pauta de reunião do Conselho uma discussão sobre a Lei Federal de Saneamento Básico - Lei nº 11.445/07.
- Apresentação de novos sócios:



Cláudio Pereira Nunes – Condomínio do Edifício Liberty Place Residence Service.

g) Audiência Pública:

Herbert realizou uma síntese da ocorrência, pois, seu relatório é do conhecimento dos membros da Diretoria, transcrito a seguir:

A audiência pública da Comissão de Meio Ambiente da ALERJ, presidida pelo deputado ANDRÉ DO PV, foi realizada no último dia 11 para emissão do parecer dessa comissão sobre o PL – Projeto de Lei - DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS de autoria do ex-deputado estadual EDMILSON VALENTIN, hoje deputado federal.

O PL recebeu parecer favorável a sua constitucionalidade dada pelo deputado LUIZ PAULO, do PSDB, relator da comissão de constituição e justiça da ALERJ, derrotando o parecer da SERLA pela inconstitucionalidade do projeto de lei.

Os argumentos do relator negaram que o PL seja similar a lei estadual que estabeleceu a Política Estadual de Recursos Hídricos, a Lei 3239/99. Segundo seus argumentos, esta lei trata genericamente as águas subterrâneas incorrendo em uma grave lacuna. A lei estadual existente é decorrente da Lei Federal 9.433/97 que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos e que trata centralmente das questões políticas e de gestão dos Recursos Hídricos e com foco nas águas superficiais.

O relator apresenta um argumento muito interessante com respeito às águas subterrâneas a partir do novo arcabouço legal do direito de recursos hídricos estabelecido pela lei 9.433/97, onde as águas subterrâneas passaram para o domínio dos Estados, desobrigando a União a legislar especificamente sobre o tema e conseqüentemente cabendo a cada um dos Estados legislarem conforme a sua realidade regional.

Nessa linha de raciocínio, o relator cita as leis estaduais específicas sobre as águas subterrâneas, tais como a Lei 6.105/98 do Pará, a Lei 13.771/00 de Minas Gerais, a Lei 22.358/01 do Distrito Federal e a Lei 13.583/00 de Goiás.

O deputado cita nominalmente a ABAS como entidade civil do setor que aconselha os Estados a legislarem especificamente sobre o tema.

O relator propõe ainda uma emenda modificativa nº 1 sobre a ementa do projeto de lei, que passa a ter a seguinte redação:

“REGULAMENTA OS ARTIGOS 36, 37, 38 E 39 DA LEI Nº 3.239, DE 02 DE AGOSTO DE 1999, DISPONDO SOBRE A ADMINISTRAÇÃO, A PROTEÇÃO E A CONSERVAÇÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DE DOMÍNIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”



Dessa forma a proposta do projeto de lei é regulamentar os artigos da 3.239/09 que abordam as águas subterrâneas e não sobrepô-la.

Na audiência pública, a Marilene Ramos presidente da SERLA argumentou que não há necessidade da existência dessa futura Lei, dizendo que 99% das proposições do PL estão contemplados na atual legislação. Alegou que o excesso de legislação sobre o tema e de artigos com questões estritamente administrativas engessar a atuação do órgão gestor. Na sua explanação a presidente da SERLA citou como principal polêmica do setor as regulamentações do Decreto 40.156/06 e da Portaria SERLA 555/07 que tratam do monopólio das concessionárias de abastecimento de água. Citou ainda a inclusão dessas questões na Lei Federal de Saneamento Básico 11.456/07.

Falei em seguida a Marilene Ramos e abordei o problema do monopólio e da reserva de mercado da atual política estadual para o setor, que privilegia as concessionárias de abastecimento de água públicas e privadas e usurpa o direito do uso das águas subterrâneas pelos cidadãos fluminenses. Critiquei o comportamento da SERLA como órgão gestor dos recursos hídricos ao privilegiar os interesses das concessionárias em detrimento da questão ambiental que os recursos hídricos representam. Informei a comissão de Meio Ambiente que a atual regulamentação desconsidera os investimentos feitos pelos usuários de águas subterrâneas na construção de poços, redes hidráulicas e sistemas de tratamento de água e caso prevaleça este quadro legal os usuários ficarão com o prejuízo financeiro. Outro tema importante que abordei foi em relação ao precedente da condução da política estadual de recursos hídricos com foco no caixa das concessionárias que abortará por tabela as iniciativas de aproveitamento de água de chuva ou de reúso. Qualquer iniciativa da sociedade para economizar água ou aproveitar os recursos existentes trará perda financeira para as concessionárias. Se o eixo continuar sendo a receita das concessionárias a despesa será do meio ambiente.

A Marilene Ramos voltou a falar, dizendo que concorda com a maior parte do que falei e que pessoalmente ela é contrária ao Decreto 40.156, mas foi voto vencido.

Por fim, o PL ficou sem um parecer conclusivo da Comissão de Meio Ambiente, o qual será melhor discutido com os representantes do setor. Haverá algumas reuniões a serem marcadas e posteriormente outra audiência pública será convocada.

A única certeza que fica desse processo é que o PL está em fase adiantada de apreciação na Câmara dos Deputados e que devemos aproveitá-lo para garantir a preservação dos mananciais subterrâneos e principalmente o direito de uso democrático desse recurso para a sociedade fluminense. Há tempo para mudanças, alterações e correções necessárias.

Lembro a todos. O futuro das águas subterrâneas está no jogo, a banca está com a SERLA e o cacife com as concessionárias.



h) Assuntos Gerais:

Aderson apresentou uma síntese da Reunião Plenária do Comitê Guandu, realizada no dia 16.06.2007, em Santa Cruz:

- Foram aprovados recursos para Projetos de Águas Subterrâneas;
- Resolução nº 16 - Aplicação de recursos do FUNDHI de 2006;
- Resolução nº 17 - Aplicação dos recursos arrecadados na bacia, sendo 5% em pesquisa e desenvolvimento;
- Resolução nº 18 - Estabelece interveniência do Comitê em Convênio SERLA/FAPERJ para administração dos recursos da sub-conta do Comitê do FUNDHI;
- Resolução nº 19 - Criação da Comissão Para Viabilização da Agência da Bacia do Comitê Guandu;
- Foi feita uma apresentação detalhada da nova APA do Guandu e ações previstas:
 - Projeto SIG da APA;
 - Situação fundiária;
 - Plano de manejo;
 - Projeto Parque Linear do Guandu;
 - Projeto Replanta Guandu (Embrapa).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 21 horas.

Secretário